

DOSSIÊ TEMÁTICO: Saberes docentes de intelectuais negras: mediações outras frente ao *ethos* acadêmico

 <https://doi.org/10.22481/praxis.v15i32.5042>

DIALOGANDO AUTOETNOGRAFIAS NEGRAS: INTERSECÇÕES DE VOZES, SABERES E PRÁTICAS DOCENTES

DIALOGGING BLACK AUTOETHNOGRAPHIES: INTERSECTIONS OF VOICES,
KNOWLEDGE AND TEACHING PRACTICES

DIALOGANDO AUTOETNOGRAFÍAS NEGRAS: INTERSECCIONES DE VOCES,
SABERES Y PRÁCTICAS DOCENTES

Maria Simone Euclides
Universidade Federal do Piauí – Brasil

Joselina da Silva
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – Brasil

Resumo: O presente artigo tem por objetivo trazer relatos de experiências sobre a atuação e o fazer científico de duas professoras negras, em universidades públicas brasileiras (região nordeste e sudeste). Nos valemos de um diálogo – embora não exaustivo – com autores (as) que tratam da teoria sobre auto etnografia. A partir dela, construímos uma escrita sobre nossos “tempos escola” – Joselina da Silva e Simone Euclides - como discentes e docentes, procurando trazer à luz ações, reações e contestações – estas últimas com mais ênfase - demarcadas por situações racistas e sexistas. Ressaltamos também nossas práticas educativas nos referidos cursos de atuação (Licenciatura em Educação do Campo) e as possibilidades de problematização das questões étnico raciais e de gênero dentro e fora do espaço universitário. As narrativas perpassam uma ação docente interventiva e ao mesmo tempo pragmática, desconstruindo o imaginário do não lugar e a invisibilidade de mulheres negras nos espaços públicos.

Palavras - chave: Narrativas; Docentes Negras; Universidades Públicas

Abstract: This article aims to bring reports of experiences about the scientific performance of two black female teachers, in Brazilian public universities (in the northeast and southeast regions). We make use of a dialogue - although not exhaustive - with authors who deal with the theory of self-ethnography. And from that we built a writing about our "school days" as students and teachers, seeking to bring to light actions, reactions and contestations - the latter ones with more emphasis - demarcated by racist and sexist situations. We also emphasize our educational practices in said courses of action (Degree in Field Education) and the possibilities of problematizing the racial and gender issues inside and outside the university space. The narratives go through an interventionist and at the same time pragmatic educational action deconstructing the imagery of non-place and the invisibility of black women in public spaces.

Key words: Narratives; Black Professors; Public Universities

Resumen: El presente artículo tiene por objetivo traer relatos de experiencias sobre la actuación y el hacer científico de dos profesoras negras, en universidades públicas brasileñas (región nordeste y sureste). En el caso de los autores (as) que tratan de la teoría sobre auto-etnografía, ya partir de ella, construimos una escritura sobre nuestros "tiempos escolares" - Joselina da Silva y Simone Euclides - como discentes y docentes, buscando traer a la luz acciones, reacciones y contestaciones -las últimas con más énfasis- demarcadas por situaciones racistas y sexistas. También resaltamos también nuestras prácticas educativas en los referidos cursos de actuación (Licenciatura en Educación del Campo) y las posibilidades de problematización de las cuestiones étnicas raciales y de género dentro y fuera del espacio universitario. Las narrativas atraviesan una acción docente intervencionista y al mismo tiempo pragmática, desconstruyendo lo imaginario del no lugar y la invisibilidad de mujeres negras en los espacios públicos.

Palabras clave: Narrativas; Docentes Negras; Universidades Públicas

Whatever their strategies of self-construction, active resistance to oppression of all kinds has been to the center of the history of black women's lives in this country from slavery to the present time. These narratives are as politically significant as more overt models of protest. Black women's stories need to be heard and accorded their right place in the tradition¹. (MORGAN, 1998, p. 105)

Nilma Lino Gomes (1999), refere-se ao “tempo escola” como aquele que marca a vida das pessoas, uma vez que lembranças e experiências são ali produzidas e por conseguinte, permearão as relações estabelecidas durante o tempo de permanência - bem como posteriormente – nos seus ambientes. Atuando, então, como marcadores referentes para as pessoas que a estas vivências, são expostas. Lembra também a autora, que gênero, raça e classe são ali representados, na lida diária do contexto escolar e conseqüentemente dependendo da maneira como as relações se dão, isso repercutirá nas trajetórias estudantis.

É deste lugar que este texto –a quatro mãos e duas vozes – toma corpo. O artigo, por conseguinte, tem o objetivo de realizar relatos de experiências sobre a atuação e o fazer científico de duas professoras negras, em universidades públicas brasileiras. Nos valemos de um diálogo – embora não exaustivo – com autores (as) que tratam da teoria sobre auto-etnografia, para a partir dela, fazermos uma escrita, como diz Nilma Lino Gomes, de nossos

¹ Qualquer que seja sua estratégia de auto construção, a resistência ativa contra todos os tipos de opressão tem sido central na história de vida das mulheres negras, deste o período escravocrata, até os dias atuais. Estas narrativas são tão politicamente importantes quanto outros modelos mais visíveis de protesto. As histórias das mulheres negras tem que ser ouvidas e seu lugar de destaque tem que ser reconhecido na tradição. (Tradução da autoras)

“tempos escola”. Nós – Joselina da Silva e Simone Euclides - como discentes e docentes, procuramos trazer à luz ações, reações e contestações – estas últimas com mais ênfase - demarcadas por situações racistas e sexistas, em nosso mundo da Educação.

Alguns caminhos sobre autoetnografias

Já no início de seu texto, “Women’s autobiography, theory: a reader”, Julia Morgan (1998), captura nossa atenção, para o fato de que os teóricos clássicos que discutem sobre biografia, tem centrado suas análises em homens e famosos. Portanto, seus valores e modos de vida passaram a ser vistos como estruturantes. Atualmente - segundo a autora- as autobiografias de mulheres são regiões privilegiadas para se pensar questões interseccionais sobre feminismo, teorias pós-coloniais e pós-modernas.

Logo, da mesma forma – ainda na visão de Morgan (1998) – se pode afirmar que o feminismo revolucionou as teorias sociais e literárias. As autobiografias femininas foram basilares para que houvesse uma revisão no pensamento sobre as questões relativas às suas vidas. Morgan (1998) segue, então, lembrando que os textos produzidos pelas mulheres frequentemente enfatizam processos coletivos ao lado de questionarem uma soberania e um *self* solitário e universal, como anteriormente proposto pelas biografias centradas no ser masculino. Neste sentido, complementa a autora, que a contribuição das mulheres negras inseriu novas narrativas de autodescobertas. Então, umas lendo as outras, acabaram se espelhando nas primeiras.

De acordo com Sally Denshire (2014) a autoetnografia é um método alternativo de escrita que pode ser situado entre os estudos literários e a Antropologia. Por outro lado, ao mesmo tempo que contém elementos presentes numa autobiografia. Esta é a ultrapassada, quando o (a) autor (a) se coloca em posição crítica e analítica. Portanto, à luz da autora, esta metodologia conduz a um espaço de resistência, onde a escrita da singularidade não pode ser encarcerada. Logo, a autoetnografia situa-se num espaço fronteiro e intermediário, entre “paixão e intelecto, análise e subjetividade, etnografia e autobiografia, além de arte e vida. Como nos lembra Versiani:

[...] ocorre nas autobiografias de mulheres que por meio de uma escrita que aponta constantemente para a relação do *self* com outros *selves* (em uma perspectiva dialógica) acabam por construir discursivamente uma concepção de subjetividade não metafísica... Este processo intersubjetivo e

contextualizado, revela-se no próprio processo da escrita. (VERSIANI, 2002, p. 59)

A esta altura de nossa conversa consideramos interessante assomar as reflexões de Watson (1993) que ao problematizar uma escrita estável e unívoca do self, propõe autobiografias onde subjetividades pluralizadas, metáforas, tempos não lineares e espelhamentos, entre outras metodologias são inseridas no ato de relatar-se. Propiciando assim, uma desconstrução do sujeito metafísico – com suas “verdades absolutizadas” – anteriormente proposto. Deste modo, o novo modelo elaborado por Watson (1993) outras *selves* são compartilhadas, no decorrer da escrita. O que nos leva a ter um texto multifacético, onde vozes são participadas. Encaminhadas por estas reflexões é que estamos trazendo nossos (Simone e Joselina) enunciados amparadas em *selves* de mulheres negras que nos dão suporte. Nos propomos a narrar parte de nossas experiências no campo da docência e como este fazer é influenciado e influencia categorias de anti-sexismo e anti-racismo.

Entrelaçando duas autoetnografias: vozes de alunas / professoras negras

Eu, Joselina da Silva, numa linguagem, em primeira pessoa, ao relatar minha trajetória como docente, vejo-me no compromisso de principiar pelo caminho de aluna de minha avó, Maria Ambrósia de Jesus. Mineira de Senador Firmino, embora mulher de poucas letras, ensinou-me a ler jornais, antes dos seis anos de idade. Ao terminar o ensino médio, antigo curso normal, a garbosa avó, assim se expressava: - *ela é professora, mas foi comigo que aprendeu a ler e escrever*. Assim, a caminhada de professoras negras passa, em inúmeras ocasiões, por outras mulheres que nos ajudaram – e seguem neste mister - a contar a própria história.

Entre na escola, como aluna ouvinte, aos seis anos de idade, já que pelas leis da época (início dos anos sessenta) só poderia ingressar oficialmente, se estivesse com sete. Eu sabia ler e contar até cem. Meus colegas, seguindo o método de ensino da época, só o faziam até vinte. Como vovó não aprendera didática, não sabia que não podia fazer, que minha idade não permitia e tantas outras limitações pedagógicas. Ela me levou mais além. Quando finalmente pude ser alçada à categoria de estudante, fui transferida. No Bairro Copacabana, em Duque de Caxias (RJ) onde residia, havia uma escola de sala única de propriedade da Professora Dona Irene famosa por ministrar as primeiras letras a quase todas as crianças da minha rua e dos bairros adjacentes.

Um incidente fez toda a diferença em minha vida e levou a ser grata àquela professora. Meu pai, admirador de Juscelino Kubitschek - Presidente do Brasil - me registrara como Jocelina (com c). Mas, o desavisado- talvez pouco letrado – funcionário do cartório escreveu com s. E foi Dona Irene quem ensinou a mim e toda a minha família - pais, avó, tios (as), primos (as) e povo de terreiro – que a letra s entre duas vogais, tem som de z. Assim, aos sete anos, eu que fora aos gritos, chamada de Juscelino Kubitschek – no bullying da garotada da rua da Rua do Catete, onde residia- e Celina, no tratamento carinhoso familiar – fui renomeada. Passei a ser Joselina. Era um alívio, já que meu nome emprestado de uma figura pública masculina, me deixava extremamente desconfortável. Desta forma, a começar pela mestra vovó Ambrósia e passando por Dona Irene, o diálogo sobre minha trajetória de professora doutora negra tem seu intróito – para usar uma palavra preferida da avó materna, Maria Ambrósia- pelas mãos destas duas senhoras. Neste ponto, dando sequência a este nosso exercício, pergunto à Professora Simone Euclides, por quais trajetórias você entabularia o relato de suas vivências até chegar a ser professora doutora negra.

Minha chegada – Simone Euclides- à universidade não foi nada simples. Hoje, olhando para trás, percebo que faço parte do que poderia ser chamado de “trajetórias improváveis”². Como qualquer família, a minha tinha suas dificuldades e declínios, dada a nossa condição financeira. Filha de camponeses (as), sem-terra e assalariados, a princípio, teria o contexto favorável para dar continuidade ao trabalho já desenvolvido por minha mãe, avó e tias. A saber, são domésticas, babás, lavadeiras e/ou cozinheiras. Não que estas funções sejam desmerecidas, mas chamo a atenção para essas atividades, como um lugar desde sempre “relegado” a nós mulheres negras nesta sociedade. Assim, desejava realizar um percurso no qual pudesse romper com este padrão de “normalidade”, recorrente entre os (as) meus. Aqui, a escolarização era o caminho no qual eu via possibilidades de ter outras oportunidades de trabalho e renda. Queria ser professora, não sabia ao certo, como era o processo para me tornar docente, mas desde criança, já queria “dar aula”.

Comigo, Joselina, já foi oposto. Eu não desejava e era desestimulada por meu pai a ser professora. Acredito que ele – diferentemente de sua geração - não visse valor nesta profissão. Após o ginásio, era a hora de escolher o segundo grau. Só havia três cursos disponíveis o Normal, o Científico e o Secretariado. Escolhi o primeiro, pois era o único que me permitiria, aos dezenove anos, ter a possibilidade de ingressar no mercado de trabalho, para lecionar.

² Por trajetórias improváveis ver Bourdieu em BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas:** sobre a teoria da ação. Campinas: Papyrus, 1996.

Assim, não dependeria financeiramente de meu pai. Nossa economia vinha de uma barraca de camelô, no Centro de Duque de Caxias (RJ), onde meu pai vendia, ervas medicinais. Ele era um erveiro. O sonho dele é que me tornasse jornalista, como a Glória Maria, que víamos diariamente, no jornal noturno da televisão.

Durante a travessia escolar – eu Simone - deparei-me com professoras (es) bastante compreensivos que auxiliaram em muito para que os meus sonhos viessem a se tornar realidade. O apoio contínuo e a confiança me encorajavam a seguir em frente. Entretanto, essa caminhada, em determinados momentos, foi bastante conflituosa e tensa, devido a problemas em casa, como questão de saúde de meu pai e poucos recursos financeiros.

Cresci ouvindo sempre expressões do tipo: “Ah... ela é negra, *mas* é inteligente”, como se o fato de me esforçar por estudar e saber, compensasse o fato de ser negra, por conseguinte, me tornasse inferior aos outros. Sendo “inteligente”, eu não era vista mais como negra e, por isso, era embranquecida. Esse, “mas”, era a condição para que transitasse livremente, em lugares onde boa parte das pessoas eram em sua maioria brancas. Era uma “negra de alma branca”, como a maioria dos meus amigos (as), diziam. Essas situações acabaram por fazer com que eu embutisse de fato a ideia de inferioridade e subordinação, por um bom tempo, interferindo na construção de uma identidade negativa sobre mim.

Meus questionamentos, inquietações e a tomada de consciência para as questões raciais, diferente das experiências da Professora Joselina, se iniciaram a partir do momento em que entrei na universidade. Ou seja, logrou-se um bom tempo. Na Educação Básica, o be-a-bá, não problematizava as brincadeiras maldosas e tão caras a nós negros (as). Era uma tortura ir para a escola, ser criticada e menosprezada por outros colegas por causa de minha cor/raça. Assim cresci, receosa em olhar no espelho e ao mesmo tempo, vendo outras crianças negras evadindo, desistindo de ir as aulas.

Na universidade, agora como uma estudante universitária, as problematizações e inquietações ganharam e me deram uma nova lente para enxergar a realidade e a mim mesma. As disciplinas e os vários espaços de formação, desde a convivência no alojamento, vivências junto aos projetos de pesquisa e extensão, além da oportunidade de ter acompanhado em alguns momentos apresentações de Congado³ das quais fiz parte, fizeram-me refletir sobre o que de fato sou. Ou seja, entendi meu pertencimento étnico racial, gênero, classe social e minha ancestralidade.

³ Congado, é uma festa tradicional que ocorre em algumas comunidades do interior do estado de Minas Gerais, cujo objetivo é celebrar a religiosidade através de Nossa Senhora do Rosário. Trata-se também de uma das múltiplas manifestações culturais, de resistência negra e quilombola.

Ademais, nos espaços de formação, citados anteriormente, os questionamentos sobre as questões raciais e de gênero também influenciaram muito nessa etapa de reconstrução e busca de compreender o mundo no qual vivo. Até cursar a disciplina Educação e Gênero, não tinha entendimento sobre tais dilemas. Para mim, Simone Euclides, só existiam duas formas de estar no mundo, homens e mulheres, e seria inquestionável pensar em outras referências ou outras maneiras de ser. Considerava também que as desigualdades presentes na sociedade, estavam relacionadas precisamente, sobre as implicações de classe, e/ou, da falta de “esforço” de cada um, nesta escala de sucesso e fracasso pessoal.

Após as discussões que tive ao longo do curso de graduação⁴ - Eu, Simone Euclides - comecei a refletir que tais “lugares” são preenchidos por construções sociais e, em um contexto de negações e relações de poder. Ao compreender isso, tenho como ponto de partida a concepção e a existência de uma gama de interesses e disputas presentes nas nossas relações sociais. Passei a questionar e de uma certa forma me indignar a respeito das inúmeras formas de opressão que presenciava e presencio. Neste sentido, a cada lugar que me insiro, essas questões são transversais.

Interessante observar a relevante contribuição dos atuais NEABs⁵, espaços onde jovens estudantes começam a ser iniciados no pensamento crítico antirracista, antissexista e anti homofóbicos, como aqui relatado pela Profa. Simone Euclides. Eu - Joselina da Silva – tive minha graduação num período sócio histórico – década de setenta, no curso de Letras - em que estes núcleos e grupos de estudos não eram uma realidade. Ao contrário, discussões desta ordem eram explicadas como do campo dos movimentos sociais, portanto, rechaçadas no âmbito acadêmico.

Por frequentar palestras semanalmente ministradas no CEBA⁶ ou no IPCN⁷, era eu que contribuía com as reflexões e questionamentos, sobre gênero e raça, em sala de aula. Após essa experiência como estudante, a continuidade no percurso de escolarização foi sendo qualificada no debate e na percepção da invisibilidade das pessoas negras, principalmente mulheres negras, nos espaços públicos e de poder. Tive grande professores e professoras.

⁴ Cito aqui, dois espaços que redefiniram minhas lentes para tais questões: a disciplina de Antropologia e Educação ministrado pelas docentes Marisa Barletto e Maria de Fátima Lopes, e a participação no Núcleo Interdisciplinar de Estudos de Gênero- NIEG da UFV, também coordenado pelas professoras citadas anteriormente. O NIEG, é um núcleo de Pesquisa e Extensão formado por professoras do Departamento de Educação, Economia Doméstica e Medicina Veterinária, cujo objetivo é pesquisar e propor intervenções na sociedade no que se refere às questões de gênero, sexualidade, direitos reprodutivos e questões étnico raciais.

⁵ Núcleos de Estudos Afro Brasileiros presentes em quase todas as universidades públicas do país, nos Institutos Federais e hoje sendo implementados, também em âmbito do Ensino Médio.

⁶ CEBA - Centro de Estudos Brasil África, de São Gonçalo (RJ)

⁷ IPCN – Instituto de Pesquisa das Culturas Negras, do Rio de Janeiro (RJ)

Eram os (as) ativistas do Bloco Afro Agbara Dudu⁸, do CEAP⁹ e do movimento de mulheres negras.

Diferentemente da Profa. Simone Euclides, sou de uma época – anos setenta - em que as disciplinas específicas de Gênero e raça, ao lado dos atuais NEABs¹⁰. Com pouco mais de vinte anos - foi o engajamento no movimento negro que complementou as ferramentas que eu iniciara por receber em casa. Por conseguinte, ao ingressar na docência eu já sabia que teria que levar adiante ambos os ensinamentos: os de casa e os do movimento.

Embora eu – Simone Euclides - tenha estudado no estado de Minas Gerais, no qual há um grande percentual de negros e negras (53,5%), me recorro que desde a educação infantil ao Ensino Superior, tive aulas com apenas uma professora negra. As demais eram brancas ou homens brancos. Me inquietava a naturalização dos lugares e a subalternização inquestionável de nossas ausências para além do espaço do cuidado de crianças em casas de mulheres e homens brancos, bem como o da empregada doméstica. O que “limitava” as nossas presenças nos espaços educacionais?

Ao passo que ia rompendo e vencendo os “funis segregacionistas”, que não permitia o avançar de jovens negras e negros da educação básica para o ensino médio e posteriormente, o Ensino Superior, fui qualificando minhas possibilidades de ação no que tange a problematização das ausências. Eu era uma em meio a uma turma de 30 estudantes brancos. Isso exigia de mim – Simone - uma postura radical, atuante e multiplicadora.

O exposto pela Professora Simone Euclides, me faz – Joselina da Silva - mergulhar num passado de menina negra criada num bairro em que meus pais eram líderes de uma comunidade religiosa de matriz africana. Isto foi muito antes das atuais invasões e violações aos ambientes sagrados de candomblé e umbanda. Nosso terreiro estava há cerca de meia hora andando, até a Casa Babalaô Joãozinho da Gomeia, aclamado Rei do Candomblé. Naquele período, o famoso Pai de Santo, recebia em sua casa autoridades policiais, políticas e artistas famosos, das mais variadas vertentes. Suas festas, no Bairro Copacabana (na Cidade de Duque de Caxias, RJ), eram cobertas positivamente pela grande mídia da época. Revistas como O Cruzeiro e Fatos e Fotos, ao lado de jornais como o Diário de Notícias traziam

⁸ Bloco afro fundado no bairro Madureira (RJ) em 1982. O nome Agbara Dudu significa em yorubá "Força negra". Fonte: <https://www.facebook.com/territoriomadureira/videos/vb.843869465700788/855076757913392/?type=2&theater>

⁹ CEAP – Centro de Articulação de Populações Marginalizadas, do Rio de Janeiro (RJ)

¹⁰ Núcleos de Estudos Afro Brasileiros presentes em grande parte das universidades públicas e Institutos Federais do país. Hoje se estende por algumas escolas de ensino médio e faculdades privadas.

estampadas em primeira página, o júbilo de cada momento público religioso daquela casa da Nação Angola (SILVA, 2010).

Creio que isto ajudava a proteger as inúmeras casas afro religiosas da vizinhança. Eu, por minha vez, era a filha do Seu Manoel Baiano, Babalorixá e Quandalá da Oxum, Ialorixá. Respeitada também por ser a que entregava os saquinhos de doces repletos, durante as festas de São Cosme e Damião. Muitas crianças e jovens desejavam ser meus amigos. O empoderamento dado a mim pelo candomblé atuou como blindagem contra o racismo, até porque sempre ouvi em casa: - *Você é negra, tem que estudar!* Em outras ocasiões também ouvia: - *Estude para não depender de marido.* Certamente, estas últimas eram lições de feminismo – sem esse nome- transmitidas por minha sábia avó, dona Maria Ambrósia de Jesus.

Este relato, pode transmitir a falsa impressão de que diferentemente da Profa. Simone Euclides – eu não fui vitimada pelo racismo na infância e adolescência. Certamente que o racismo religioso não foi sentido por mim, como já relatado. Mas as intercessões entre raça e gênero foram cruéis em minha formação de menina e de jovem negra. Sou filha única, logo o espaço escolar – como apontado por Nilma Lino Gomes (1999), no início deste texto – adquiria uma representação dupla. Era um lugar de socialização e de realização de lazer e ludicidade potencializados.

Sempre tive - Joselina da Silva- quadris maiores que as meninas de minha faixa etária. Na infância fui apelidada, no pequeno quintal da Professora Dona Irene, de *nega postafem*¹¹ pelos meninos. Já as meninas me perseguiram para levantar minha saia e ver se eu estava com algum enchimento. A mesma complexão corporal se transformou em quase tormento durante a adolescência. A cintura delineada e os quadris ressaltados emitiam, no entender de muitos homens – de diferentes faixas etárias – uma mensagem de sensualidade ao dispor de todos. Sem saber, eu representava uma bandeira de sexualização imaginária de um corpo feminino negro. Epítetos e insinuações misóginas eram emitidos em minha direção, mesmo, em sala de aula, como aluna adolescente.

Por outro lado, cada vez mais imersa nas discussões étnico raciais e de gênero – eu Simone Euclides - durante o mestrado, em minha pesquisa analisei a trajetória educacional de jovens negras que estudaram em escolas de perfil agrotécnico. Atualmente, estas foram

¹¹ Postafem – Dizia-se, popularmente à época, que este medicamento ajudava a engravidar e aumentar os quadris das mulheres que o ingerissem. Nunca soube da veracidade destas afirmações.

transformadas em institutos federais, após a expansão em 2003¹². O objetivo era analisar se gênero e raça constituíam-se como marcadores que implicassem barreiras tanto na trajetória dos cursos realizados, quanto no ingresso no mercado de trabalho.

Foi uma experiência de primeira inserção em um estudo de cunho qualitativo e subjetivo no qual, a cada entrevista realizada, enquanto pesquisadora e pessoa, eu era constantemente colocada no espelho de mim mesma. Cada conversa era um dado novo de dor, luta e resistência. Parecia que era minha história de vida, recontada muitas vezes. A aproximação e ligação foi tão forte que, após a realização das entrevistas, vivenciei e experimentei muitas emoções, ora de fortalecimento, ora de revolta com a sociedade racista. Os dados obtidos trouxeram uma realidade já evidenciada por outros autores: de que aquelas jovens eram em sua maioria das camadas populares, conciliavam formação e trabalho (trabalhos relacionados às tarefas domésticas ou serviços de babás), enfrentando vários desafios para conseguirem concluir o curso.

Na entrada no mercado de trabalho, encontraram um racismo e um sexismo que impediam a ascensão das mesmas aos postos mais altos. Assim, constatei que mesmo com os avanços e políticas para acesso de negros e negras no sistema educacional e para a inserção e permanência junto ao mercado de trabalho, mulheres negras ainda continuam enfrentando barreiras simbólicas para conseguirem traçar trajetórias profissionais semelhantes às dos demais sujeitos – homens e mulheres brancas e homens negros.

Estas inquietações também ganharam forma, quando iniciei minha carreira como professora substituta em um Instituto Federal. Até então, eu – Simone Euclides - não tinha dimensão do **racismo estrutural**, quando, por exemplo, no instituto onde trabalhava, a tarefa de ficar com a chave da porta para abrir e fechá-la, era sempre designada a mim. Por quê entre um número de onze professores, somente eu deveria ser a última a sair da instituição? A dimensão sociológica e filosófica para explicar tal acontecimento, recairia a nível de hierarquização das pessoas a partir do fenótipo, tendo em vista que enquanto mulheres negras, havia somente eu e outra docente.

Lembro-me também (Simone), que durante a realização da pesquisa no mestrado, me ocorreu uma situação diretamente ligada ao preconceito e outra a respeito da importância da representação e representatividade, em ambos espaços. Ao chegar na Secretaria Escolar para iniciar a coleta de dados a respeito de estudantes negras no Instituto Federal, uma das

¹² Dissertação de mestrado defendida em 2012, no Departamento de Economia Rural da Universidade Federal de Viçosa, sob o tema “O acesso ao ensino agrotécnico como fator de emancipação e formação profissional de jovens negras”.

funcionárias rapidamente me recebeu com os seguintes dizeres: “Que bom que chegou mais uma funcionária para a limpeza”. Eu prontamente respondi, que se tratava de uma estudante de mestrado e pesquisadora. No curto espaço de tempo, encontrei-me com uma das funcionárias da limpeza que também negra, chegava para o turno da noite. Ao ver-me ficou entusiasmada. Me apresentei e disse que fazia uma pesquisa sobre a presença e trajetória de estudantes negras naquela instituição. Ela sentiu-se refletida em mim, e decidiu-se posteriormente, ingressar em curso de ensino superior e assim também obter uma outra qualificação no mercado de trabalho.

Esta visão determinística que posiciona, a nós, mulheres negras como eternas integrantes de lugares subalternizados, também se abateu sobre mim – Joselina da Silva quando atuei no Ceará. Por estar num campus de interior (Juazeiro do Norte), grande parte do processo burocrático administrativo era decidido na capital, no campus Fortaleza, que ficava acerca de oito horas de distância. Encaminhei-me ao setor de pessoal para buscar uma carteira funcional. Fui recebida por um funcionário, apresentei-me como professora e informei a razão de minha presença. Fiquei aguardando em uma sala vazia de onde ouvia vozes de pessoas trabalhando. Minutos depois, uma outra funcionária – mulher branca de cabelos artificialmente alourados – surgiu e perguntou se eu era a mulher dos serviços gerais. Ao perceber o equívoco, o primeiro funcionário reapareceu imediatamente e disse quem eu era. A mulher retirou-se desconsertada e sem se desculpar. Quando finalmente recebi o documento dirigi-me ao cidadão que me atendera inicialmente e pedi-lhe que informasse à sua colega que nem todas as mulheres negras atuam nos serviços de faxina. E que ali estava uma professora adjunta, logo, com doutorado. Preferi retirar-me sem aguardar possíveis argumentações.

A ideia do não lugar é algo que constantemente nos deparamos. Enquanto mulheres, negras e professoras universitárias, vimos lidando – Simone, com trinta e um anos e Joselina, com sessenta e dois, logo de gerações diferentes – com muitos olhares silenciosos e tendenciosos, que se assustam com nossa presença na academia. Na rigidez das relações raciais ainda prevalece o racismo nos ambientes de trabalho. Mas nessa nova etapa elas vêm revestidas de uma lógica ainda mais difícil de denunciar e combater. Significa provar e comprovar continuamente que temos direito a estar nesse espaço. Ainda causa certo estranhamento e quebra de paradigmas para muitos daqueles que esperavam nos ver nos lugares que estruturalmente, se tornaram espaços de ocupação para mulheres negras. Lembrome – Simone Euclides - fortemente de uma das minhas entrevistadas no mestrado que me dizia que para trabalhar no comércio tinha que ser bonita e ela não o era. O que levou aquela

mulher a se enxergar daquela forma? Esse doloroso exemplo me inquieta ao perceber o quanto o racismo pode causar nosso esquadramento ou a própria negação do eu.

Quebrar com esse círculo vicioso é estar incessantemente na retaguarda e suplantar olhares e pré-conceitos e evidenciar que fazemos jus ao lugar que ocupamos. Esta constante tensão muitas vezes pode nos levar a um adoecimento, porque significa lidar com o racismo cruel. O qual provoca dor e pode corroer nossas emoções, nos aprisionar e nos condicionar a servidão.

Docência efetiva, afetiva e comprometida: breve diálogo sobre a práxis pedagógica

Referindo-se às feministas negras, Sueli Carneiro (2016), aborda a questão da dupla militância – movimento feminista e movimento negro- onde, notadamente, a partir dos anos oitenta, passaram a atuar para denunciar o racismo num movimento e o sexismo em outra vertente. Guardadas as devidas distâncias, podemos nos referir à dupla ou tripla atuação de professoras negras, na cátedra universitária, ao denunciar diversas representações e ações discriminatórias contra si – e demais pessoas presentes no âmbito acadêmico. E ao mesmo tempo, instrumentalizar seus educandos para que se tornem atentos, contra estas mazelas, nas suas áreas de atuação profissional e na sociedade. A docência é encarada como um compromisso político. Assim, vai além da transferência de conhecimento em sala de aula, mas sim, a articulação dos saberes com uma forma diretiva de repensar as relações dentro e fora do espaço escolar. Nos referimos a respeito de questionar “verdades” que diferenciam indivíduos na sociedade.

Esta nossa autoetnografia dialogada demonstra que os conhecimentos de vida – brevemente apresentadas aqui e desenvolvidos antes e durante o ofício de docentes universitárias – certamente nos permitiria construir uma trajetória coadunante com o percurso anterior. É deste lugar, que atualmente lecionando ambas num curso de Educação do Campo (no Rio de Janeiro e no Piauí) inserimos ali nossa atuação crítica e propositiva de mulheres negras. Embora atravessadas pelo tempo e espaço (experiências docentes e universidades diferenciadas), os desafios se assemelham em inúmeros momentos e percursos.

Nossas experiências bem como os desafios vivenciados durante nossa travessia-infância-adolescência-juventude – coadunaram-se com nosso fazer pedagógico e presença no espaço universitário. De tal modo que as inquietações de gênero, raça e classe, continuarão a nos guiar e exigir um comprometimento em nossas ações e lugares de atuação profissional.

Eu, Simone, sou atualmente professora efetiva no Curso de Licenciatura em Educação do Campo- com ênfase nas Ciências Humanas e Sociais. O curso é fruto de uma luta intensa dos movimentos sociais do campo, mediante a presença de camponeses e camponesas nas instituições de ensino superior (ARROYO et al, 2008). Busca reestabelecer seus espaços e a valorização de suas vivências e resistências cotidianas para dentro da universidade. Através de suas metodologias, na maioria das vezes participativa e política, trazem para a realidade novas formas de pensar e criar alternativas ao meio onde os sujeitos se inserem. Preconiza um novo “modelo de universidade” concomitantes a novas práticas educativas que deem conta da multiplicidade dos sujeitos, de suas particularidades e saberes. Assim, outros letramentos, outras concepções de ensino e aprendizado, passam a ser reivindicados e elaborados.

Através da metodologia da alternância como princípio formativo e dialógico, as atividades desenvolvidas (teoria e prática), no curso de Licenciatura em Educação do Campo são estruturadas a partir de eixos formativos associados à compreensão do espaço territorial camponês, dentre eles: a identidade e memória dos povos do campo, conflitos agrários e agricultura de resistência e formação de educandos e educadores capazes de intervir junto a realidade de forma crítica e investigativa. Por fim, tendo como perspectiva a pesquisa-ação, tem o objetivo de problematizar o campo e propor ações coletivas em prol das comunidades afetadas pelo desenfreio agronegócio, desemprego na busca de visibilidade e assunção dos camponeses e das camponesas da região.

Minha ação – Simone Euclides - enquanto docente negra e também como alguém com raízes no campo e na luta pela terra (**venho de uma família que também passou** por privações similares a boa parte dos (as) sujeitos (as) do campo) é, portanto, de um trabalho de reflexão- ação- reflexão. Tenho desenvolvido uma intervenção, no curso aqui abordado. O espaço da sala de aula, é o lugar da construção e fortalecimento de uma identidade negra, capaz de questionar as intempéries cotidianas de subjugação do campo enquanto lugar de vida e re (existência). Assim, mediante as disciplinas ministradas e as atividades desenvolvidas diretamente com as comunidades locais, o objetivo é problematizar os dilemas que implicam a realidade, tais como o racismo, sexismo, homofobia, entre outros.

Nas disciplinas as quais sou responsável por ministrar, a ancoragem ao discutir as dimensões do racismo e sexismo no campo e na universidade, tem sido uma constante em todas as minhas “intervensões”. Faço no meandro da sala de aula, um espaço de questionamento e construção de novas perspectivas no que tange aos dilemas que nos afligem enquanto mulheres negras. Nas problematizações, sempre destaco e coloco a baila o

significado e a importância que as nossas presenças podem ou poderão reinventar nos espaços que ao longo dos tempos, nos tem sido negado. Assim, além da presença preta na docência no Ensino Superior, faço da minha pretidão, motivos para pensarmos o porquê das ausências e/ou invisibilidade negra neste espaço para além das funcionárias do restaurante universitário ou da limpeza. A título de informação sobre essa “invisibilidade”, até o início deste período 2017.2, eu era a única professora preta da instituição, como efetiva.

Além disso, minha experiência no curso de Licenciatura em Educação do Campo, na Universidade Federal do Piauí, como Professora Mestra Simone Euclides, me leva a falar de um lugar contextualmente situado em uma das regiões pauperizadas do Brasil: o Nordeste. Bem como a respeito de um curso sob a perspectiva de ação afirmativa, no qual ingressam estudantes filhos e filhas de agricultores camponeses (as), que em sua ampla maioria, são negros (as) e os primeiros a cursarem um Ensino Superior. Estudantes que ao longo de suas respectivas trajetórias educacionais, conviveram e convivem com o descaso público de condições mínimas de sobrevivência, tais como: a falta de saneamento básico, energia elétrica e escolas multisseriadas, dentre outros.

Eu, Joselina da Silva, também fui instigada a desempenhar a tarefa de uma pedagogia que superasse os compêndios, ao me ver como docente – de larga experiência nos ensinamentos fundamental e médio- recém-admitida na Universidade Federal do Ceará, em seu campus do interior. Ministrávamos aulas em salas adaptadas de numa pequena escola infantil, onde as carteiras não comportavam os alunos adultos. Levando a cultura da disseminação da informação adquirida, no movimento social, inauguramos o N´BLAC - Núcleo Brasileiro Latino Americano e Caribenho de Estudos em Gênero, Relações Raciais e Movimentos Sociais. Tínhamos aulas pela manhã e à noite. Uma vez por semana, à tarde, carregávamos nossos livros e vídeos para discutir relações raciais, gênero e violência contra a mulher.

Diante da realidade de termos alunos que se fossem em casa, não retornariam, por dificuldades financeiras de passagem, e pela ausência de restaurante universitário, passamos a ofertar lanches variados. Alguns discentes traziam e eu, a me responsabilizava pela maior parte. Nossas reflexões eram em torno da mesa. Em verdade, era a experiência da casa de axé que eu reinaugurava, numa versão pedagógica. Dito de outra forma, o alimento não era posterior e sim integrava nossas tardes de trocas acadêmicas, uma vez por semana. Comíamos, falávamos, líamos, assistíamos, refletíamos, ouvíamos e seguíamos comendo. Alunos de todas as raças se assomavam, na construção de um mundo sem discriminações. Era a Educação transformadora, de que nos fala Paulo Freire, ministrada, por mim Joselina da

Silva, mulher negra da Baixada Fluminense (RJ) descobrindo e desvelando uma nova cultura: a do Cariri cearense.

Minha presença – Simone Euclides – enquanto professora negra e também da mesma origem dos (as) educandos (as), exige de mim a realização de um trabalho efetivo e afetivo. O desafio é fazer que as minhas vozes, as dos (as) educandos (as) e a população “excluída” deste espaço universitário sejam ouvidas e ressignificadas. Ser professora negra em um Curso de Licenciatura em Educação do Campo - principalmente, no interior do Piauí - apresenta uma responsabilidade duplamente a mim exigida, pois coaduna com as invisibilidades que a nós são “colocadas”.

Eu, Joselina Silva, por meu turno, antes de chegar à UFRRJ, campus Seropédica (RJ), onde leciono hoje, era professora em Juazeiro do Norte, na Universidade Federal do Ceará, como já informado aqui. Cheguei lá em dois mil e seis, por concurso público. Meu doutorado e mestrado são na área de Ciências Sociais. Assim, lecionava inicialmente, Introdução à Sociologia – entre outras disciplinas- para as turmas de Filosofia (à noite) e Biblioteconomia (pela manhã). Os diferentes perfis de alunos me levaram a ser uma professora distinta em cada turno. Os alunos trabalhadores, do período noturno, muitos já formados e que mediante a ausência de mestrados e doutorados, na região, voltavam a estudar, por interesse numa segunda graduação.

No período matutino, estavam os jovens. Grande maioria recém saídos do ensino médio e estudando num curso que conseguiram acessar pela baixa nota de corte: Biblioteconomia. Viam-se diante da dificuldade de muitos ao anunciar o curso que faziam: - *Biblio, o que?*. Ou ainda – como me relatavam - os comentários eram ainda mais cruéis advindos dos familiares e amigos próximos: - *E precisa fazer quatro anos de faculdade para tirar e colocar livros na estante?*

Tínhamos então, um alto contingente de alunos negros – que se envergonhavam do curso que faziam – auto declarados morenos. Andrews (2007) nos lembra sobre o fenômeno da morenidade na América Afro Latina. O autor denomina de amorenamento cultural o esforço – a partir dos anos trinta – das elites nacionais da região em constituir novas identidades culturais, onde a mestiçagem, antes negada passou a ser positivada. No Brasil, esta iniciativa burilada nos textos de Gilberto Freire, nos legou, notadamente, nas regiões Norte e Nordeste, o que ainda se hoje se testemunha: uma legião de “*moreninhos*”.

Chimamanda (2009), em seu texto “O perigo da história únicas”, já destacava e nos chama a atenção desde sempre para a produção de conhecimentos outros, do lugar de onde

nos foi negada a fala, ou traduzida de forma errônea e arquetipicamente ideológica. A presença e a “fala” em nossas pesquisas e fazer docente, aparecem como denúncia. Ao mesmo tempo, que anuncia em nós, que passa a requerer novos direcionamentos e políticas contextualizadas.

Atuar, a partir de dois mil e quinze, na Educação do Campo, na UFRRJ, se apresentava – para mim, Joselina da Silva - como uma oportunidade promissora e repleta de expectativas positivas. Mediante o contorno do curso- já apresentado aqui, pela Professora Simone Euclides – imediatamente após chegar, busquei a adesão de dois professores amigos e juntos demos nova vida ao antigo N´BLAC. Inauguramos com uma mesa, em agosto de dois mil e quinze, intitulada: “Os estudos, pesquisas e ações sobre África e Cultura Afro-brasileira: análise crítica”. Na ocasião, foram nossos palestrantes os seguintes professores: Glória Alves, (FEBEF/ UERJ,), Otair Fernandes de Oliveira (IM/ UFRRJ), Luiz Fernandes de Oliveira (LEC/ UFRRJ), Amauri Mendes Pereira (DTPE/ UFRRJ).

Constituiu-se num momento empoderador ver a sala repleta de alunos e colegas, professores, que lá foram espontaneamente. Desde então, vimos nos reunindo semanalmente, com leituras, palestras e assistências a filmes e vídeos. Tal como fazíamos no Ceará, os temas das relações raciais e gênero (com ênfase sobre as mulheres e seus direitos) são estudados por nós. Sempre com encontros abertos ao público.

Inovamos, no semestre passado, com um minicurso – de cinco encontros. Tivemos um total de cento e cinquenta e sete presenças. Professores – das redes municipais, estaduais e federal – de várias cidades do estado se fizeram presentes. Diríamos que o N´BLAC é um sucesso, no âmbito da Rural, não fosse um nó, que não logramos desatar e que atribuímos a atuação do racismo. Ou seja, grande parte dos (s) estudantes negros (as) da LEC, não participam das inúmeras atividades que vimos realizando. Ao passo que discentes negros e brancos de outros cursos tem presença constante, embora não utilizemos registros de presença, como instrumento obrigatório para a adesão.

Ao mesmo tempo, atuando num curso onde a mesma metodologia de trabalho e política educacional busca ser implementada por um grupo de dezesseis professores altamente comprometidos com as lutas por uma sociedade sem desigualdades, de diversos âmbitos, tenho – Joselina da Silva - na pesquisa e na extensão, além das disciplinas teóricas, o tripé de onde meus enunciados se fazem presentes. Ou seja, mesmo ao ministrar aulas teóricas – sou da área de Ciências Sociais – temas como racismo e sexismo, são constantemente inseridos nas reflexões como forma de problematizar e contextualizar estes temas presentes na

sociedade. Nosso grupo de disciplinas contempla reflexões como História da África, movimento negro brasileiro e pensamento social na América Latina. Mesmo que nem sempre ministradas por mim, oportunizam a constituição de um ethos reflexivo sobre as questões que se referem a uma crítica permanente ao pensamento iluminista, do sujeito universal.

Conforme Bell Hooks (2013) - em seu livro “Ensinando a Transgredir: a educação como ato de liberdade” - nos chama a atenção, a sala de aula, continua sendo o ambiente que oferece as possibilidades mais radicais na academia. ” Espaço de reinvenção, crítica, construção e reconstrução de “verdades” e “ideologias”, concernentes a uma ideia de mundo possível, não só pela questão racial e de gênero, mas dentre tantas outras situações cambiantes. Assim, trazemos para os recintos institucionais, as inquietações e problemáticas sentidas, não só em nós, mas em nosso coletivo de negras e negros.

Podemos falar então - como propõe Gloria Joseph, in *Black feminist pedagogy in capitalist America* (1988) – que trabalhamos na tentativa de uma pedagogia feminista negra, que segundo ela - e apoiada em nossa praxis acadêmica, desenvolvida, no Nordeste e Sudeste brasileiro- trata-se de um fazer onde se desenvolva o nascimento de uma consciência política com um olhar afrocentrado na realidade, onde o racismo e o patriarcado, possam ser questionados. Assim, não por coincidência, nós duas atuamos presentemente, no mesmo curso em universidades e regiões diferentes. Eu Simone Euclides, estou na Universidade Federal do Piauí, Campus Cinobelina Elvas e eu Joselina, sou docente, na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, no campus Seropédica.

Considerações finais

Discutir a presença de mulheres negras nas universidades é contrariar a lógica das privações e negações culturalmente inscritas em seus corpos e mentes. Trazemos uma ruptura também para o pensamento epistemológico sobre os ditames da negritude, gênero e ciência. Passamos a atuar no universo investigativo, construindo novos conhecimentos, pautados em uma ciência antirracista, antissexista e anti homofóbica; e fazendo valer nossos achados bem como nossas pesquisas, em primeira pessoa, e não como objetos de pesquisa. Enquanto sujeito, ele mesmo é legítimo para dizer sobre si em primeira pessoa e não ser citado por outrem. Não é somente estarmos nas universidades, enquanto números, quantidade de professores negros na docência, mas o estar no sentido qualitativo de pessoas que agora ocupam um lugar de “excelência” na sociedade, e que por esse motivo, reivindicam a partir de

suas posturas críticas e reflexivas, novas formas de pensar, falar e dizer sobre a negritude. Portanto, situa-se para além da questão demográfica.

Acreditamos e praticamos (Simone e Joselina) portanto, um saber perpassado por uma luta também por uma relação outra. Onde haja valores, perspectivas, solidariedade, humanização e humanidade. Pensamos e buscamos qualificar nossas presenças nas ausências. E isto pode contribuir para modificar e fazer repensar a lógica da universidade enquanto um lugar legitimado para a produção de conhecimento para quem e para quê. Postulamos uma educação e formação em que possamos apreciar as nossas raízes africanas, ama-las e respeitá-las. Assim, sem nos conhecer á época – ambas em momentos diferentes - viemos da Região Sudeste (Joselina do Rio de Janeiro e Simone de Minas Gerais), para no Nordeste ensinar e sermos ensinadas, num fazer dialógico do ato de exercer a docência universitária.

Quando uma mulher negra ocupa um espaço público como a universidade, até então com predominância de pessoas quer seja por homens ou mulheres brancos, desperta o desejo e a motivação para as demais também ingressarem nesse espaço. Uma vai se reconhecendo na luta da outra, e conseqüentemente podem criar um conceito novo de solidariedade, irmandade e fortalecimento. Desta forma, autorizando somar forças no combate à solidão que o racismo ativa cotidianamente. Dito isto, mulheres na academia, ou mulheres negras afrontando o espaço acadêmico, são capazes de fomentar novas resistências em jovens mulheres negras - ou não - mediante a corporificação do que lutam, dizem e vivem.

Em diferentes situações nos deparamos com as nuances do imaginário racista e a percepção que sermos mulheres negras significa sermos vistas, por alguns setores da sociedade, de forma completamente racista e segregacionista. Em outras situações, por outro lado, é necessário ressaltar a importância de nossas representatividades nos espaços os quais adentramos. Compreendemos, ao longo de nossas diferentes caminhadas (no tempo e no espaço geográfico) a partir de momentos - uns racistas e outros encorajadores - que nossa presença reifica e pode multiplicar demais corpos negros nos espaços públicos, aos quais temos o dever e o direito de atuar e compartilhar. Entendemos que o combate ao racismo se dá em todos os âmbitos da sociedade. Logo, docentes e docentes de diferentes raças e tons de pele podem e devem se assomar à intermitente luta contra todas as desigualdades. Anunciamos, portanto que a nossa responsabilidade e compromisso com a ética e o bem viver, devem transversalizar nossas ações, condutas e maneira de encarar e causar impactos e espantos nas diversas realidades. Até, porque, como afirma o movimento feminista negro brasileiro: *“uma sobre e puxa a outra”*. Ou ainda parafraseando a poeta e ativista do Grupo

de Mulheres Negras da Baixada Santista, Alzira Rufino, que assim se pronunciava, nos anos oitenta: *Mulher Negra tem História!*

REFERÊNCIAS

ANDREWS, George Reid. **América Afro-Latina (1800-2000)**. Trad. Magda Lopes. São Carlos, SP: EdUFSCar, 2007. 318p.

ARROYO, G. M.; CALDART, R. S.; MOLINA, M. C. **Por uma educação do campo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. 214p.

BOURDIEU, Pierre. **Razões Práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas: Papirus Editora, 1996.

CARNEIRO, Sueliaine. Mulheres negras na educação: desafios para a sociedade brasileira. In: Carreira, Denise (et.al). **Gênero e Educação: fortalecendo uma agenda para as políticas educacionais**. São Paulo: Ação Educativa, Fundação Carlos Chagas, 2016

CHIMAMANDA, Adichie. **O perigo de uma história única**. In: Technology, Entertainment and Design- TED. Jul/2009. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/alves-alves-o-perigo-da-historia-unica.pdf>

Denshire, Sally. **On auto-ethnography**. Current Sociology. May, 23, 2014. Disponível em: <http://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0011392114533339>. Acessado em 2 de outubro de 2017.

GOMES, Nilma Lino. **Mulheres Negras e Educação: Trajetórias de Vida, Histórias de Luta**. Disponível em: http://miniweb.com.br/educadores/artigos/pdf/profas_negr/as.pdf. Acessado em: 8 e outubro de 2017.

HOOKS, Bell. **Ensinando a Transgredir- a educação como prática de liberdade**. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

JOSEPH, Gloria. (1988). Black feminist pedagogy in capitalist America. In Coles M. (Ed.), **Bowles and Gintis revisited: Correspondence and contradiction in educational theory** (pp. 174–186). London: Falmer.

SILVA, Joselina da. O Negro Baiano Pai Joãozinho da Gomeia: o candomblé de Duque de Caxias na mídia dos anos cinquenta. In: **Revista Magistro**, Vol. 1 N.1, Rio de Janeiro, p. 38-53, 2010.

SMITH, Sidonie; WATSON, Julia. **Women, autobiography, theory: a reader**. Estados Unidos. 1998. 538 p

VERSIANI, Daniela Beccaccia. Autoetnografia: uma alternativa conceitual. **Letras de Hoje**, 37 (4): 57-72, dez. 2002 Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fale/article/viewFile/14258/9483>. Acessado em 02 de outubro 2017.

SOBRE AS AUTORAS

Maria Simone Euclides

Doutora em Educação pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Professora da Universidade Federal do Piauí (UFPI), Campus Cinobelina Elvas. E-mail: simoneeuclides@yahoo.com.br

Joselina da Silva

Doutora em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Professora Associada do Curso de Licenciatura em Educação do Campo da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Coordenadora do N'Blac (Núcleo Brasileiro Latino Americano e Caribenho de Estudos em Gênero, Relações Raciais e Movimentos Sociais). E-mail: joselinajo@yahoo.com.br

Recebido em: 23 de setembro de 2018
Aprovado em: 12 de novembro de 2018
Publicado em: 10 de maio de 2019